



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado da Paraíba, ano de 2021.

No dia 10 de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 8h30min, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do CBH-LN do ano de 2021, no formato virtual, através da plataforma Google Meet, para deliberar sobre a seguinte pauta: **1. Abertura da reunião; 2. Leitura da Ata (Primeira reunião ordinária) 3. Informes; 4. Apresentação e deliberação sobre o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2022 – AESA (Lovânia Werlang); 5. Apresentação e discussão sobre o Termo de Referência (TDR) da revisão da cobrança pelo uso da água bruta - AESA. 6. Discussão sobre o processo eleitoral dos membros do CBH-LN (formação da comissão eleitoral); 7. Palavra facultada.** O Sr. Natanael Leal (Presidente do CBH-LN), declarou aberta a reunião, agradeceu as presenças, desejou boa reunião a todos e passou para a **Sra. Maria Adriana Ribeiro** (2ª Secretária Geral) e o **Sr. Gemerson Farias** (1º Secretário Geral), para conduzirem a reunião. Com relação ao **item 2. Leitura da Ata da 1ª reunião ordinária**, a **Sra. Maria Adriana** sugeriu que devido a ata da reunião anterior ser muito extensa, os membros poderiam ler individualmente e se houver alguma alteração, devem encaminhar as sugestões por e-mail. Igualmente foi enviado para os membros a Minuta da Ata da 2ª Reunião ordinária para ser lida e deliberada nesta reunião. A **Sra. Mirella Motta e Costa** (Vice-Presidente do CBH-LN) ressaltou que as Atas foram enviadas por email para os membros e considerando não haver registro de alteração, subentende-se que todos leram e propôs a realização de votação para aprovação. Primeiro a Ata da 1ª reunião ordinária e foi aprovada, na sequência a Ata da 2ª reunião ordinária e também foi aprovada. Assim sendo seguiu-se para o **item 3. Informes**: a **Sra. Mirella** informou que um pequeno grupo deste Comitê está se reunindo para fazer o preenchimento dos indicadores do Observatório da Governança das Águas. As reuniões acontecem semanalmente às quartas-feiras às 14h30, é um trabalho onde todos colocam suas visões e há um consenso para dar uma nota ao indicador, o nivelamento está sendo muito interessante. Além disso, questionou sobre a visita técnica da AESA com a SUDEMA ao Rio Bandeira em Mamanguape. O **Sr. Natanael** disse que o Sr. Pedro Freire fez contato com o Capitão da SUDEMA e ele disse que ainda não tinha recebido o Ofício então o Sr. Natanael está indo pessoalmente falar com ele na SUDEMA, e entregar em mãos o ofício. porque a responsabilidade do caso não é só da AESA. O Sr. Pedro Freire (Representante da AESA) sugeriu que já fosse tratado de outras demandas que hoje surjam referente a atuação da SUDEMA na bacia. A fiscalização está à disposição para qualquer ação na bacia, mas tem certas ações que depende da SUDEMA. O **Sr. Joacy Mendes** (Diretor da AESA) informa que o Contrato do Plano de Bacias foi publicado no Diário Oficial, em breve estará saindo à ordem de serviço para o início da execução pela empresa ganhadora. Uma das exigências da AESA com essa empresa é que ela tenha um escritório nesta capital. A partir desse plano de bacias se terá um diagnóstico para se trabalhar melhor a aplicação desses recursos nas bacias. **Outro informe**: o TDR da Cobrança foi finalizado, tendo sido discutido com o Banco Mundial. A licitação também será com recurso do Banco Mundial, a partir do plano de segurança hídrica em parceria com o Banco Mundial, inclusive eles querem uma reunião com os Comitês e o CERH para apresentar tudo que o governo do estado está fazendo no setor de recursos hídricos. Esse TDR foi elaborado por consultores do Banco Mundial e Ana Emília Duarte (Técnica da AESA). No momento da execução será discutido com os Comitês. Será criada uma plataforma digital na página da AESA, para receber sugestão da população. **Outro informe** a equipe está sendo reforçada, para dar



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

47 maior celeridade aos processos da AESA. A semana passada foram locados sete veículos através
48 da secretaria de Administração do Estado. Continuando o Sr. **Waldemir** informou que vai se
49 ausentar para participar de reunião de alocação de água no CBH-PPA. O Sr. **Natanael** informou,
50 que falou com o Cacique da escola Domingos Barbosa de Jaraguá, sobre o Projeto Comitês nas
51 Escolas, ele vai divulgar junto a outras escolas estaduais da região. A Sra. **Mirella** referindo-se
52 a fala do Sr. **Joacy** disse ter conhecimento que foi feito o TDR e que passou pelos consultores
53 do Banco Mundial, Dra. Cybelle e etc., na reunião anterior o Sr. Porfirio disse que o TDR estava
54 pronto e os Comitês solicitaram uma apresentação desse TDR, por isso foi colocado na pauta e
55 gostariam de conhecer. Os comitês obrigatoriamente têm que participar dessa discussão ao longo
56 do estudo e o TDR vai dar o planejamento de como será feito esse estudo. Os usuários precisam
57 conhecer esse documento, são eles que estão custeando esse recurso e o Sr. Porfirio garantiu que
58 iria ter uma apresentação. O Sr. Joacy disse que o Sr. Porfirio não pôde participar dessa reunião
59 em função de compromisso com o Banco Mundial, mas a Sra. Lovânia está com o TDR e vai
60 enviar para os Comitês. A Sra. Lovania disse que vai enviar a partir da próxima segunda-feira.
61 A Sra. **Maria Adriana** solicitou o documento e uma apresentação do TDR porque fica mais
62 transparente. O Sr. **Natanael** sugeriu uma reunião extraordinária só para a apresentação do TDR.
63 O Sr. **Joacy** sugeriu que a Sra. **Maraci** agendasse uma reunião com os três comitês para uma
64 apresentação do TDR. O Sr. **Danilo** falou sobre as dificuldades que está tendo em participar das
65 reuniões virtuais e sugere a possibilidade do retorno presencial observado o distanciamento ou
66 verificar a possibilidade de mudar o horário para o turno da tarde. O Sr. **Gemerson** concorda
67 com a sugestão de Danilo em ser também híbrida. A Sra. **Mirella** sugeriu elaborar um
68 questionário para que todos opinem sobre a questão do horário das reuniões. O Sr. **Marciano**
69 sobre a reunião que aconteceu no sindicato sobre perfuração de poços disse que a comunidade
70 está preocupada e solicita a possibilidade de um técnico da AESA para fazer análise da
71 quantidade de água que tem no rio, vazão do poço enfim, fazer um estudo da região quanto à
72 questão dos poços, prevendo o futuro. Passou-se ao **item 4. Apresentação e deliberação sobre**
73 **o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2022.** A Sra.
74 **Lovânia** apresentou a minuta do Plano contemplando onze Programas: **Programa nº 1. Criação**
75 **e funcionamento de Comitês de Bacias e Associações de Usuários de água** com as metas: sala
76 de apoio aos comitês na sede da AESA, Elaboração do Encontro Estadual dos Comitês de Bacias
77 Hidrográficas da Paraíba, Apoio financeiro para participação de membros dos comitês em
78 eventos, apoio e manutenção das atividades dos comitês; **Programa nº 3. Elaboração e**
79 **atualização de Planos Diretores de Bacias Hidrográficas** com as metas: atualização dos
80 planos de bacia do rio Gramame; Elaboração dos Planos das bacias dos rios Abiaí, Mamanguape,
81 Miriri e Camaratuba, acompanhamento e elaboração dos Planos das Bacias Litorâneas.
82 **Programa nº 5. Política de cobrança pelo uso de água bruta** com as metas: Acompanhar a
83 atualização da política de cobrança de água bruta no estado. **Programa nº 6. Sistema de**
84 **Fiscalização do Uso de Água** com as metas: fiscalizar as irregularidades do uso de água no
85 estado; aquisição de Drone; atender as demandas diárias e denúncias recebidas de irregularidades
86 no uso de água; Fiscalização de usuários não outorgados para serem inseridos no sistema de
87 recursos hídricos; **Programa nº 8. Monitoramento hidroclimático**, com as metas:
88 monitoramento hidroclimático e gestão de operação de equipamento; campanhas de medição de
89 vazão nos principais reservatório do estado; e aumento da rede de monitoramento em todo o
90 estado. **Programa nº 9. Monitoramento de Qualidade de água** com as metas: Monitoramento
91 da qualidade de água em rios e reservatório; Diagnóstico da qualidade de água nas bacias com
92 vistas ao início dos estudos de enquadramento; Sistema Integrado de Informações sobre



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

93 Qualidade da Água; **Programa nº 10. Educação Ambiental para Proteção dos Recursos**
94 **Hídricos**, com as metas: Continuar com o programa Comitês nas escolas; Educa AESA formatar
95 e implantar um Projeto piloto de sustentabilidade ambiental nas bacias hidráulicas, envolvendo
96 comunidades em geral; Apoio a instituições que tem ação de sustentabilidade ambiental nas áreas
97 das bacias hidrográficas; Programa de educação ambiental nas indústrias; Programa de educação
98 ambiental e uso racional de água residencial. Programa nº **11. Capacitação Técnica em**
99 **Recursos Hídricos**; com as metas: cursos e treinamento técnico na área de recursos hídricos;
100 batimetria em reservatório; sistema de cobrança pelo uso da água; mudança climática: impacto
101 no semiárido; Gestão do projeto de integração do São Francisco – PISF. Análise e Interpretação
102 de dados de informações meteorológicas, hidrológicas e qualidade de água; Introdução ao Excel;
103 Introdução ao Corel Draw; Formação de Pregoeiro; Operação do google Classroom. **Programa**
104 **nº 15. Macromedição de Água Bruta**; com as metas: elaboração de um plano estadual de
105 macromedição de água bruta. **Programa nº 16 Recuperação e manutenção de açudes**; com as
106 metas: Recuperação e manutenção dos principais açudes do estado; **Programa nº 24.**
107 **Preservação Ambiental de Mananciais**; com as metas: levantamento da degradação ambiental
108 de áreas nascentes nas principais bacias hidrográficas; projeto de recuperação de mata ciliar nos
109 principais reservatórios incluindo principalmente os de abastecimento humano. Os valores
110 arrecadados nas bacias do Litoral Norte – 6º ano: Miriri R\$ 222.019,84; Mamanguape R\$
111 368.490,37; Camaratuba R\$ 43.775,48, totalizando R\$ 634.285,69. Além do acompanhamento
112 de todos os processos que estão em andamento: Plano das Bacias Litorâneas; Revisão do Decreto
113 da Cobrança (TDR); Reforma da Sede da AESA; e demais programas permanentes como
114 Fiscalização e etc. Finalizada a apresentação, passou-se ao momento de questionamento: O **Sr.**
115 **Danilo** perguntou sobre esse levantamento de áreas degradadas de nascentes o que vai ser
116 englobado nisso, as propriedades privadas também estão incluídas? Quanto às áreas de
117 abastecimentos as barragens e os rios estão inclusos? A **Sra. Lovania** disse que a água é pública,
118 a propriedade é privada, quando se entra com a proposta de recuperar uma nascente normalmente
119 os proprietários não recusam a colaborar com esse tema. Com relação a levantamento de áreas
120 degradadas tanto no Litoral Sul como Litoral Norte vai ter a elaboração do plano de bacias,
121 dentro dessa elaboração do plano será feito um diagnóstico de como está a situação hídrica, seja
122 nascente, açude ou rio, todas as fontes hídricas, e a partir daí será feito um programa de
123 recuperação dessas áreas. Existem metodologias, programas e experiências, com exemplos em
124 vários estados. Sergipe conseguiu recuperar três nascentes que estavam mortas, gastando apenas
125 R\$ 500,00 e dentro de propriedade privada. Não basta ser consciente da importância da água,
126 mas está sensível a importância da qualidade da água. Existe todo um trabalho de sensibilizar
127 com os proprietários isso inclui nascentes, açudes, rios e todos os corpos hídricos do estado ou
128 pode partir de um projeto piloto e depois expandir para todo o estado. O **Sr. Danilo** disse que os
129 proprietários desejam que seja realizada essa recuperação em áreas privadas e que os recursos
130 sejam destinados também para essas áreas. A **Sra. Lovania** disse que mesmo sendo o recurso do
131 estado é possível usá-lo na recuperação de nascentes em áreas privadas. Não é pagamento ao
132 agricultor, mais um programa no estado estruturante que vai trabalhar todas as temáticas de
133 sustentabilidade ambiental (tudo dentro da Lei). O **Sr. Demilson Lemos (SEDAP)** disse que ao
134 falar de uso de recursos hídricos o setor agropecuário é o setor que usa mais água, ele sentiu a
135 falta de uma ação para trabalhar o usuário de água no que concerne à eficiência do uso da água.
136 É necessária uma ação no sentido de conscientização e capacitação direcionada para esse
137 público. A **Sra. Mirella** disse que foi feito um questionário para que os membros dos comitês
138 pudessem sugerir projetos para entrarem nos programas e pergunta como foi feita essa



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

139 sistematização dos programas que entraram e os que não entraram; além disso perguntou como
140 vai ser executado esses recursos. Foi visto que são valores bem vultosos, em alguns programas
141 pode ser contratada empresa como exemplo para fazer atualização da cobrança, mas para ações
142 de recuperação de nascentes, programas de educação ambiental e vários outros trabalhos; em
143 relação ao programa EDUCAESA porque ficou esse nome, já que o recurso é do sistema, uma
144 vez que já existe uma EDUCAESA que não é nessa temática de bacia escola. A **Sra. Lovânia**
145 disse que a **Sra. Ana Cristina** tinha sugerido Bacia Escola. A AESA é o órgão gestor ela não
146 tem esse viés de ter uma área/propriedade nos moldes das universidades. **Sra. Mirella** disse que
147 a proposta era associar-se a outras instituições inclusive empresas públicas ou privadas a
148 exemplo do SINDALCOL que ficou interessado na proposta que poderia ser feita parceria para
149 se atuar nas usinas e comunidades a exemplo da Escola Olho Vivo do Tempo que já atua na
150 educação informal, na beira do rio Gramame, podia ter elemento demonstrativo de tratamento
151 alternativo. A **Sra. Lovânia** disse que pode sim fazer parcerias. Quanto aos programas que não
152 entraram tem muita coisa para ser feito ainda. Há programas que são permanentes,
153 (monitoramento, fiscalização e outros) que precisam ser mantidos dentro do rol de programas.
154 Então foi priorizado para este ano: além de ter um trabalho de acompanhamento todo
155 levantamento de todas as bacias litorâneas de como ela funciona e poder acompanhar isso de
156 perto, também se priorizou a parte de educação ambiental que é fundamental para
157 sustentabilidade dos recursos hídricos e de todo o ambiente, não se pode falar de água sem incluir
158 o solo que é um recurso natural tão importante quanto à água. O uso e ocupação do solo no
159 entorno das bacias hidráulicas onde muitas vezes são exploradas com agrotóxicos e uma série de
160 elementos que prejudicam esse corpo hídrico. Então se pensou trabalhar mais a parte de educação
161 ambiental com sensibilização das comunidades, capacitação e chamar mesmo as comunidades
162 para fazer juntos e não só a AESA fazer. Todos os programas foram pensados para fazer junto
163 com os comitês de bacias e com a comunidade. Quanto à execução o **Sr. Joacy** disse que a
164 execução dependendo dos valores vai sempre para licitação, alguma contratação/aquisição.
165 Muitos desses programas vão para licitação, essa forma de execução desse plano vai estar sempre
166 dentro da legalidade. A questão da parceria com Associações que já trabalham com algumas
167 áreas de preservação está sendo vista a questão legal de forma a facilitar e dá mais celeridade
168 com resultados. Em relação à reforma da AESA, a licitação foi concluída e em breve sairá à
169 assinatura do contrato. Dentre as necessidades da AESA, uma era o sistema de informações da
170 AESA que está dando resultado positivo, a outra a reforma da AESA deve iniciar em novembro
171 próximo. Com relação a fala do **Sr. Demilson** a AESA já tem essa preocupação na emissão de
172 outorga referente ao uso eficiente de água, a AESA não outorga mais por inundação. Quanto à
173 preocupação do **Sr. Danilo** quanto à recuperação da área degradada em propriedades privadas,
174 o foco é a água e conseqüentemente a propriedade privada vai ser beneficiada, é gestão do
175 Estado. A **Sra. Adriana** questiona o valor de R\$ 400.000 mil para o Programa nº. 5, que
176 considera um valor alto. Outro ponto na reunião anterior foi dito que os Comitês vão acompanhar
177 o plano das bacias hidrográficas, e foi sugerida uma capacitação sobre o papel do Comitê em
178 relação ao plano e não foi incluído nesse plano e sugere que seja incluída essa capacitação para
179 os Comitês. Outra correção o programa Macromedição de Água Bruta não é considerado
180 instrumento de gestão. Ele é necessário à gestão de recursos hídricos, mas solicita retificar o
181 parágrafo. A **Sra. Lovania** disse que quanto ao valor da política de cobrança, o TDR custa em
182 torno de 400.000 (quatrocentos mil reais) para realizar esse estudo, caso seja necessário se fará
183 nova discussão. Quanto a sugestão de Adriana, será feita a correção que Macromedição de Água
184 Bruta “é necessário à gestão de recursos hídricos”. O **Sr. Joacy** disse que esse valor do TDR da



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

185 cobrança é previsão podendo oscilar para mais ou para menos. Orçamento nunca é exato. A **Sra.**
186 **Mirella** para fechar essa questão solicitou a apresentação do montante que tem hoje no FERH.
187 A **Sra. Betânia** apresentou os valores arrecadado por bacias entre julho/2015 a junho/2021 seis
188 anos de cobrança totalizando R\$ 19.457.715,53, sendo: Piranhas R\$ 114.413,62; Paraíba R\$
189 1.596.57,17; Abiaí R\$ 326.87,28; Gramame R\$ 1.270.415,56; Miriri R\$ 222.019,84;
190 Mamanguape R\$ 368.490,37; Camaratuba R\$ 43.775,48; Guaju R\$ 6831,93; Curimataú R\$
191 4.303,74; Jacu R\$ 785,25 e Trairi R\$ 618,18. As bacias do Litoral Norte arrecadaram um total
192 de R\$ 3.051.076,72 sendo: (Miriri R\$ 965.477,43; Mamanguape R\$ 1.863.54,92 e Camaratuba
193 R\$ 222.057). A **Sra. Mirella** perguntou se o Comitê quiser executar um projeto na bacia do
194 litoral norte, como será feito? O **Sr. Joacy** disse que não tem um modelo como deve ser, será
195 definido a partir desses planos de bacias. Hoje se trabalha com coisas pontuais, procurando
196 atender as demandas. Por enquanto é aberto o processo, discutido no plano se resgata a ideia,
197 não se entrando muito nas questões de degradação. Nossos açudes foram construídos e
198 abandonados esquecidos nos matagais. Suas comportas não têm mais condições de aberturas.
199 São ideias que a partir de agora pensando em áreas degradadas, recuperação de nascentes, pode
200 ser feito pesquisas. Os Comitês podem ajudar como criar e definir melhor essa forma de trabalhar
201 os processos, o fluxo já tem por exigência da secretaria do governo do estado que se obedecer a
202 essas demandas. Ideias e projetos podem criar e definir melhor esse processo, definindo até um
203 manual. Por enquanto a forma que se está trabalhando se faz o plano de aplicação mais se tem
204 essa dificuldade internamente nos processos administrativos. A **Sra. Mirella** disse que
205 juntamente com a **Sra. Ana Cristina** elaborou um edital minuta que a AESA poderia ter
206 melhorado/adequado e facilitaria a aplicação desses recursos. A AESA não precisaria fazer esses
207 projetos porque já viriam prontos dos demandantes. As instituições de ensino fazem editais,
208 quem interessa participa, tem acesso ao recurso, executa e presta contas. Porém a AESA nunca
209 deu resposta. Tem vários projetos que poderiam estar aplicando como a recuperação da mata
210 ciliar do açude São Salvador, que o membro Marlindo tanto pede, eles têm uma associação que
211 já podia está sendo beneficiada, não a própria Associação, mas o entorno da barragem, tem várias
212 coisas que poderiam ser feitas, pode ser editais pequenos, mais que as coisas aconteçam. Edital
213 é uma forma transparente de se fazer as coisas. O **Sr. Joacy** disse que tudo tem uma exigência
214 legal a cumprir o fluxo do processo administrativo que passa por muitos setores e leva tempo
215 para um retorno, já falou para a **Sra. Lovânia** criar um formulário para cadastrar as Associações
216 para conhecer o que elas realizam e se ter esse o perfil dessas Associações. Já consultou o
217 Assessor Jurídico para ver de que forma se pode contribuir com esse trabalho. Segunda-feira
218 (10-09-21) vai cobrar do Jurídico a resposta por ser a forma mais fácil e palpável, já que as
219 Associações já fazem esse trabalho. Quanto aos editais vai resgatá-los esta semana para rediscutir
220 com o Jurídico e a partir desses planos lançar esses editais. A **Sra Adriana** colocou para a
221 deliberação da minuta do plano e foi aprovado por todos. A **Sra. Mirella** sugere o açude São
222 Salvador como projeto piloto de como fazer recuperação de Açude para abastecimento. E tem
223 várias problemáticas (gente morando na APP do açude, criação de gado dentro da área e etc.),
224 são muitos os conflitos a serem mediados, precisa de uma equipe dedicada para esse fim. O **Sr.**
225 **Joacy** disse que toda essa política precisa ter continuidade porque envolve muita coisa. A equipe
226 está sendo reforçada, a pandemia atrapalhou um pouco e a reforma da AESA vai contribuir para
227 essa melhora em questão de espaço. A Paraíba está entre dois estados que não tem a cobrança
228 pelo uso da água (PE e RN), a AESA está no 6º ano de arrecadação e já discutindo a aplicação
229 dos recursos e elaborando plano de bacias. Plano estadual sendo atualizado, um grande programa
230 de segurança hídrica para o estado que o governo está fazendo; levando adutora para o



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

231 Curimataú, adutora para o brejo que os açudes estão comprometendo o abastecimento de
232 algumas cidades como Solânea e Bananeiras, ambas cresceram e os açudes não teve
233 armazenamento, nem recarga de água. O governo anuncia uma grande adutora a partir do Cariri
234 levando água da transposição para o Curimataú. O Governo tem essa preocupação de levar água
235 para as comunidades que ainda não tem. O Estado da Paraíba está muito bem nessa questão é
236 uma política de continuidade que leva tempo. A **Sra. Lovânia** falou que recentemente a AESA
237 recebeu uma delegação do Mato Grosso que veio conhecer o que a AESA estava fazendo com
238 referência ao sistema de informações e a cobrança/FERH. Ficaram encantados com a
239 organização da AESA. A AESA está servindo como referência para outros estados. Continuando
240 chegou-se ao **item 6 - Discussão sobre o processo eleitoral dos membros do CBH-LN**
241 **(formação da comissão eleitoral)**; A **Sra. Maraci** disse que a gestão atual se encerra em
242 05/12/2021 e se faz necessário iniciar o processo de mobilização para renovação dos membros
243 com a criação de uma comissão eleitoral para iniciar o edital. Fez uma apresentação das
244 atribuições dessa comissão. A Sra. Flavia Suassuna e Sr. Danilo se prontificaram para fazer parte
245 dessa Comissão que terão as reuniões presenciais e os técnicos da AESA mobilizarão os 51
246 municípios com visitas presenciais. Os encontros também acontecerão de forma presencial
247 obedecendo todo o protocolo de segurança sanitária. O que se precisa da Comissão: Participação
248 nas reuniões e se possível participação nos encontros e validação das inscrições e terá a seguinte
249 composição: dois representantes da AESA (titular e suplente, a definir), Flávia Suassuna e
250 Danilo, além de dois suplentes que será indicado posteriormente. Finalmente passou-se ao **item**
251 **7.-. Palavra facultada** nada mais havendo a tratar o Sr. Natanael agradece a presença de todos
252 e encerrou a reunião. Eu **Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro** (2ª Secretária Geral)
253 lavrou a presente Ata que após lida e aprovada, será acompanhada da lista de presença conforme
254 registrado no Google Meet.
255

Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

256
257 Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro.
258

| NOME COMPLETO: | INSTITUIÇÃO: | CATEGORIA: |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| Lovania Maria Werlang | AESA | Não-membro |
| Flávia Dias Suassuna | SEIRHMA | Membro do CBH-LN |
| MARIA BETANIA SILVA DOS SANTOS | AESA | Não-membro |
| José Carlos Dias de Lima | Sindicato da Agricultura Familiar | Membro do CBH-LN |
| ALEXANDRE MACIEL GUERRA | JAPUNGU AGROINDUSTRIAL LTDA | Membro do CBH-LN |
| João Pedro Peixoto Smith Guerra | Universidade Federal da Paraíba | Não-membro |
| Demilson Lemos de Araújo | SEDAP/PB | Membro do CBH-LN |
| Mirella Leôncio Motta e Costa | IFPB | Membro do CBH-LN |
| Esther Maria Barros de Albuquerque | AESA | Não-membro |
| Marcos Antônio Silva de Mouraes | Prefeitura de Itapororoca | Membro do CBH-LN |
| otoniel pedroza de alencar | CAGEPA | Membro do CBH-LN |
| marlindo francelino gomes | CEDAMS | Membro do CBH-LN |



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

| | | |
|---|---|------------------|
| Tamires Emanuele Amorim de Oliveira | UFPB | Não-membro |
| Natanael Leal da Silva | Fazenda Santa Terezinha LTDA | Membro do CBH-LN |
| Gemerson Farias da Costa | Prefeitura Municipal de Mamanguape | Membro do CBH-LN |
| GABRIEL ANDY DA SILVA LUCENA | AESA/UFPB | Não-membro |
| ALINE ANDRADE DOS SANTOS | AESA | Não-membro |
| Pedro Crisóstomo Alves Freire | AESA | Membro do CBH-LN |
| Maraci de Sousa Virgolino | AESA | Não-membro |
| Marciano lima da silva | Sindicato dos trabalhadores rurais de rio tinto | Membro do CBH-LN |
| Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro | ABRHidro | Membro do CBH-LN |
| Joacy Mendes Nobrega | AESA | Não-membro |

259

260